

Um olhar feminista sobre a violência econômica.

"SE NÓSSAS VIDAS NÃO VALEM, ENTÃO
PRÓDUZAM SEM NÓS"



Alejandra Santillana Ortiz | Flora Partenio | Corina Rodríguez Enríquez

**“Se as nossas vidas
não valem, então
produzam sem nós”**

**Um olhar feminista sobre a
violência econômica**

“SE AS NOSSAS VIDAS NÃO VALEM,
ENTÃO PRODUZAM SEM NÓS”
UM OLHAR FEMINISTA SOBRE A
VIOLÊNCIA ECONÔMICA

ALEJANDRA SANTILLANA ORTÍZ, FLORA PARTENIO E
CORINA RODRÍGUEZ ENRÍQUEZ

BUENOS AIRES, 2021

Alejandra Santillana Ortíz, Flora Partenio e Corina Rodriguez Enríquez
“Se as nossas vidas não valem, então produzam sem nós”
Um olhar feminista sobre a violência econômica
Cidade Autônoma de Buenos Aires: 2021.
xx P.: 21 x 14,8 cm. -

Titulo original: “Si nuestras vidas no valen, entonces produzcan sin nosotras.
Uma mirada feminista sobre la violencia económica”.

Edição: Fundación Rosa Luxemburgo ConoSur,
Santiago del Estero 1148, 1075,
Cidade Autônoma de Buenos Aires, Argentina.
www.rosalux-ba.org

Autoras: Alejandra Santillana Ortíz, Flora Partenio e Corina Rodriguez Enríquez
Redação: Alex Wischnewski e Juliana Díaz Lozano, abril 2021
Design e diagramação: Editora El Colectivo
Ilustrações da capa e interiores: Che Alejandra

Licença Creative Commons Reconhecimento-NãoComercial- CompartilharIgual
4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0). A reprodução total ou parcial desta
publicação e a criação de obras derivadas estão autorizadas, sempre que a fonte
seja citada e permaneça a mesma licença quando divulgadas.

Esta publicação teve o apoio da Fundação Rosa Luxemburgo com fundos do
Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento da Alemanha
(BMZ). O conteúdo da publicação é da exclusiva responsabilidade dos autores e
não reflete necessariamente posições da FRL.



- ÍNDICE -

Prólogo. Desentranhar as violências para transformar o mundo que nos toca	7
Sobre as autoras	10
“Se as nossas vidas não valem, então produzam sem nós” Um olhar feminista sobre a violência econômica	11
Epílogo	53

Desentranhar as violências para transformar o mundo que nos toca

Por que continua sendo necessário analisar como funcionam as violências patriarcais? O movimento feminista, com seu crescimento e potência conseguiu politizar a vida diária, sinalizar que as violências que nós mulheres e pessoas LGBTQ+ sofremos não são individuais, mas ancoradas nas desigualdades de um sistema histórico. Mas também compreendemos que as violências patriarcais são escritas no plural, porque têm múltiplas formas: física, psicológica, sexual, laboral, econômica, e todas essas formas estão entrelaçadas e enraízam em nossos corpos, mentes e emoções.

O avanço feminista global – com enorme força na América Latina – conseguiu também posicionar uma ideia chave: que as violências patriarcais têm uma origem material, enraizada no modo de produção econômica capitalista. A frase “se nossas vidas não valem, produzam sem nós”, dá conta da centralidade da exploração do corpo e do tempo das mulheres e das dissidências sexuais, como sustento invisibilizado da produção capitalista. E seu oposto, a desvalorização das vidas de quem aparecem como corpos descartáveis na dinâmica do capital, a partir da lógica do tráfico de pessoas, os feminicídios, a superexploração laboral, a feminização da pobreza e a exclusão social.

Como outra face do mesmo processo, os feminismos conseguiram posicionar a noção de que a sustentação das vidas e das comunidades é garantida por esse trabalho não reconhecido, invisibilizado ou subvalorizado, que as mulheres continuam realizando, apesar das crises, mesmo além do mercado e do Estado. É esse mesmo trabalho de sustento e de organização o que levou as mulheres e as dissidências a estar na primeira linha de defesa de suas comunidades contra projetos extrativistas, megaobras e empreendimentos poluentes, que atentam contra a possibilidade de continuar reproduzindo a vida em um determinado lugar. Nestes casos, vemos como os poderes concentrados por trás destas iniciativas perseguem, criminalizam e assassinam as defensoras dos povos e da natureza que resistem a avançada capitalista em cada território.

Todos estes aprendizados ganharam corpo nas greves internacionais feministas dos 8 de março, a cada vez mais difundidas no mundo e acompanhados por maciças demonstrações. O lema de realizar uma greve de todos os trabalhos femininos e feminizados, a partir da frase “nós que movemos o mundo, agora o detemos”, marca a importância econômica dos cuidados, ao tempo que se torna em uma greve contra as múltiplas violências que sofremos.

Como parte disso, convidamos a ler um texto complexo, que, por sua vez, nos parece um texto base para compreender as raízes sistêmicas da violência. As autoras deste livro escrevem em forma de diálogo e enraizadas nas lutas populares e feministas na Argentina, Equador e Peru. Entrelaçando diferentes disciplinas, análises macro e experiências localizadas, elementos quantitativos e qualitativos, este trabalho dispara contra interrogantes vitais:

Como a violência e o sistema econômico se imbricam? Que formas estas violências patriarcais adquirem? Que aspectos destas violências são afetados pela pandemia? Que ferramentas temos para resistir o capitalismo patriarcal?

Hoje, com a pandemia originada pela COVID-19 e pela crise sanitária e social, a reflexão sobre as violências econômicas torna-se ainda mais indispensável. A pandemia faz mais visíveis as desigualdades

que já existiam, aprofunda-as, e torna a sobrevivência das maiorias em qualquer lugar no mundo ainda mais complicada. Neste cenário, mais uma vez, para além das políticas públicas díspares e insuficientes ensaiadas pelos governos, é o trabalho invisível ou pouco reconhecido das mulheres e das dissidências o que sustenta os territórios populares. As quarentenas multiplicaram os femicídios e a violência dentro do lar, e foram novamente as organizações feministas que tiveram um papel central na defesa das vítimas e na demanda perante o Estado. Apesar do isolamento, e com grande esforço, as articulações ao redor do mundo, a solidariedade internacional, as reclamações e os debates foram mantidos. Quer dizer, a luta não parou, e o cenário se complexificou, o que nos faz multiplicar esforços para afinar as análises sobre o mundo que nos toca combater.

Este livro faz parte dos esforços para sistematizar os aprendizados dos feminismos a partir das nossas lutas e reflexões coletivas. Provocamos vocês para uma leitura atenta, que possa nutrir nossas práticas para mudar uma sociedade onde todas/es sejamos livres.

Juliana Díaz Lozano
Coordenadora de projetos no programa Feminismo Global
Fundación Rosa Luxemburgo
Abril 2021

Sobre as autoras:

Alejandra Santillana Ortíz

Feminista, socióloga, pesquisadora do Instituto de Estudos Equatorianos e Observatório da Mudança Rural. Integra os GTs de Estudos Críticos do Desenvolvimento Rural e da Rede de Gênero, Feminismos e Memória em AL e o Caribe da CLACSO. Forma parte de Ruda Colectiva Feminista, Feministas del AbyaYala, a Confluência Feminista do FSMET, o GEEJ de DOWN e da Cátedra Libre Virgínia Bolten. Atualmente realiza doutorado em Estudos Latino-Americanos da UNAM.

Flora Partenio

Socióloga especializada em estudos trabalhistas e estudos de gênero. Doutora em Ciências Sociais (UBA). Integra o Comitê Executivo da Rede de feministas Development Alternatives with Women for a New Era (DAWN). É diretora da Licenciatura em Relações do Trabalho da Universidade Nacional Arturo Jauretche, província de Buenos Aires, Argentina. É Co-coordenadora da Escola de Economia Feminista da DAWN.

Corina Rodríguez Enríquez

Economista (UBA). Mestre em Políticas Públicas pelo Instituto de Estudos Sociais (Haia, Países Baixos); Doutora em Ciências Sociais pela FLACSO. Pesquisadora do Conselho Nacional de pesquisas Científicas e Técnicas no CIEPP, em Buenos Aires, Argentina. Integra o Comitê Executivo da DAWN. É Co-coordenadora da Escola de Economia Feminista.

“SE AS NOSSAS VIDAS NÃO VALEM, ENTÃO PRODUZAM SEM NÓS”

UM OLHAR FEMINISTA SOBRE A VIOLÊNCIA ECONÔMICA

1. Introdução

O mundo assiste a um momento em que a violência sistêmica se mostra um dos elementos que configuram a existência de nossas sociedades. O texto que apresentamos aqui faz parte do debate sobre a violência econômica e suas relações com outras formas de violências (especialmente a conexão entre a violência econômica e as violências patriarcais)

Este artigo é baseado na perspectiva dos feminismos do Sul Global e foca no vínculo entre economia e violências. São elencadas as diferentes dimensões e formas de violência, fundamentalmente em América Latina e no Caribe; e, ao mesmo tempo, procura-se fazer, dos exemplos latino-americanos, uma janela para pensar o resto do mundo em chave de um diálogo o Norte-Sul. O texto trabalha com fontes diversas, tanto quantitativas quanto qualitativas, que permitirão xs leitorxs aprofundem na complexidade do termo “violência”, a partir dos estudos feministas. Exploram-se, também, outras formas de violência (institucional,

laboral, política, midiática, digital, etc.), como também seu enraizamento em diversas expressões (física, simbólica, sexual, psicológica, patrimonial, etc.). Esta conceituação é útil para analisar as relações entre violência econômica e física, e as formas de articulação das violências contra mulheres, crianças e coletivos LGBTIQ+. Estas formas adquirem manifestações mais extremas da violência, como os feminicídios**, os transfemicídios e os crimes de ódio.

Cada apartado passará por exemplos do Sul Global, com uma leitura atenta para os impactos da divisão internacional do trabalho e da violência. Embora este texto foca na análise do processo latino-americano, a articulação entre economia e violência remite para uma transferência de valor do Sul Global, tanto pela extração de matérias primas quanto pela força de trabalho que é usada no Norte Global (e que está relacionado diretamente com as correntes globais de cuidados). Esta perspectiva contribui para pensar sobre a produção de violências como um fenômeno global, enquanto a aliança capitalismo, patriarcado e colonialidade constitui uma ordem mundial. Apresenta-se um questionamento

* Em termos metodológicos, este documento recorre a um levantamento quantitativo de fontes secundárias e conta com as contribuições de Victoria Agosto, integrante da nossa equipe no DAWN. No caso do trabalho de campo sobre a situação de Erika, Juana e Andrea Alejandro, colegas trans femininas e não binárias, de Guayaquil, foi realizado por Sara Rojas Salvador.

** Porque sabemos que o termo femicídio foi elaborado por Diana Russell nos anos 1970, em alusão à política sexual de assassinatos de mulheres cometidos por homens, motivados pelo desprezo, o ódio, o exercício de poder ou o sentimento de propriedade sobre uma mulher. Anos mais tarde, a mexicana Marcela Lagarde introduzirá o conceito feminicídio para falar do “conjunto de delitos de lesa humanidade que reúnem crimes, sequestros, desaparecimentos de mulheres e meninas diante de um colapso institucional”, ou seja, amplia a responsabilidade do Estado no assassinato de mulheres, quer por ação ou omissão. Mais tarde, ambos os conceitos foram sendo problematizados e enriquecidos nos debates feministas. Para este texto, usaremos o conceito “femicídio”, recuperando a linha formulada por Julia Estela Monárrez Fragoso sobre as diversas representações do feminicídio e os assassinatos das mulheres em Ciudad Juárez, México, no período 1993-2005. Também, a partir da análise feminista materialista de Jules Falquet (2017), lançamos mão deste conceito para refletir sobre a reorganização neoliberal da violência, sem cair em um olhar atemporal e universalizante.

ao relato histórico hegemônico sobre a violência, que busca mostrá-la como uma problemática isolada e dispersa, e propomos lê-la como um elemento diferenciado territorialmente, mas produzido como parte do sistema. Finalmente, realiza-se uma breve atualização no marco da pandemia de COVID-19, sem perder de vista a “normalidade” da estrutura capitalista, patriarcal e colonial preexistente.

“Se nossas vidas não valem, então produzam sem nós”, era o slogan que percorreu, em março de 2018, as ruas da América Latina e do Caribe. Era o movimento feminista que colocava como grito, consigna, grafitti, a profunda articulação entre patriarcado e capitalismo na greve internacional de cuidados do 8M. É significativo que, diante dos alarmantes números dos feminicídios em nosso continente^{*}, o movimento conseguisse sintetizar a luta por permanecer vivas e, simultaneamente visibilizasse os trabalhos – produtivo e reprodutivo – que garantem a reprodução do capital. Meses mais tarde, em maio de 2018, e sob a consigna “Abortar o patriarcado e suas leis do mercado”, as/os jovens no Chile levaram adiante de uma massiva “greve feminista” universitária que denunciava as consequências do neoliberalismo aplicado à educação e, ao mesmo tempo, os abusos, o assédio sexual e violências exercidos por professores e estudantes homens nestas instituições (RICHARD, 2019).

As recentes mobilizações massivas dos feminismos nas ruas conseguiram enunciar a dominação, a exploração e a opressão; assim como as relações profundas entre as diversas violências que estruturam nossas vidas. Neste sentido, perguntamo-nos: Como operaram as violências econômicas próprias do capitalismo e as violências machistas nos últimos anos? Quais conexões e entrelaçamentos encontramos nelas e na sua materialização na vida das mulheres? Como se vincula a defesa cega do modelo educativo neoliberal com a reprodução das violências patriarcais na escola e na universidade? O que aconteceu com as formas de reorganização das violências contra mulheres, crianças

* Segundo o relatório elaborado por Small Arms Survey e citado pela ONU Mulheres, dos 25 países com maiores taxas de feminicídio, 14 são Latino-americanos. Para mais informações, ver <http://www.smallarmssurvey.org/about-us/highlights/2016/highlight-rn63.html>

e pessoas LGBTIQ+ na pandemia? Como se mostram e que significam no contexto atual de pandemia, quarentena obrigatória e crise multidimensional?

Este texto se propõe a contribuir para as análises sobre a relação sistemática entre patriarcado, capitalismo e colonialidade através da discussão sobre as violências. Dá conta, de forma geral, da influência persistente e histórica que o modelo capitalista teve na produção das violências, que é intensificada pela aplicação do neoliberalismo nos países latino-americanos, e pela situação generalizada da crise sanitária, econômica, ecológica e de cuidados em que nos encontramos.

2. Imbricações entre capitalismo, patriarcado e colonialidade na América Latina: contextualizando as violências

O desenvolvimento do capitalismo como modo de produção e de ordem social caracterizou-se por uma elevada concentração da riqueza em monopólios capitalistas. Por guerras, militarização e destruição dos tecidos da vida, por êxodos forçados, pelo saque e espoliação de territórios indígenas de enorme riqueza natural. Também, verificou-se uma fase de extensão da jornada de trabalho e, ao mesmo tempo, de precarização e incerteza laboral. Os salários apresentaram uma constante depreciação desde a aplicação de políticas de ajuste, desde meados dos anos 1970 em alguns países, a partir do estabelecimento de ditaduras cívico-militares no Cone-Sul, e finais dos anos 1980 em outros. Por sua vez, manteve-se uma organização dos trabalhos de cuidado nas mãos fundamentalmente das mulheres, que, em momentos de crise, piora com o aumento da carga doméstica e de cuidados não remunerada.

A partir da década de 1990, observa-se uma nova fase de acumulação originária em escala global, através de dois mecanismos principais: o uso da força repressiva do Estado e o endividamento. Também, com o avanço da privatização dos recursos naturais e dos serviços públicos, as desigualdades de gênero e os impactos negativos da divisão sexual do trabalho sobre as mulheres foram aprofundados (SEN, 2015). Todos estes elementos configuraram sociedades que se organizaram em torno das violências

estruturais e sistêmicas, onde as violências econômicas e machistas são uma das maiores consequências.

Já, à divisão sexual do trabalho existente, acrescenta-se o aumento expressivo da violência contra as mulheres (feminicídios, crueldade, tráfico, etc.), que faz da violência uma marca do estado atual do capitalismo. Esta guerra contra a vida, e contra nós, revela consequentemente o projeto histórico do capital e do patriarcado: o mandato obrigatório do papel de cuidadoras, que permite, não só reproduzir materialmente a força de trabalho, mas desempenhar também um papel central na sustentação emocional da classe trabalhadora. Graças ao feminismo sabemos que “o que chamamos de amor é trabalho não remunerado” (FEDERICI, 2018; DALLA COSTA, 2009). Se o nosso trabalho de cuidado emocional é o que permite diminuir a loucura que o capitalismo imprime à classe operária, qualquer tentativa de nos libertarmos do mandato obrigatório da reprodução social, qualquer mínima ideia de libertação e possibilidade, que nós mulheres venhamos a ter de não ser controladas, é paga com violência e crueldade, controle sobre os nossos corpos, controle sobre as nossas decisões, controle sobre as possibilidades que vamos encontrando para resolver os problemas econômicos; enfim, controle sobre o nosso direito de viver e decidir como fazê-lo.

De fato, o lugar que as mulheres ocupamos no capitalismo significou o desenvolvimento de mecanismos permanentes para cumprirmos o nosso papel na reprodução da força de trabalho e na sua sustentação. Estes mecanismos são baseados não somente na natureza obrigatória da sustentação do cuidado e da reprodução da vida, mas também no dever de realizar o destino manifesto da maternidade. Ao longo do desenvolvimento das forças capitalistas, estes mecanismos que nos submetem ao lugar reprodutivo vão incorporando a força de trabalho feminina no plano do produtivo (sempre em condições de maior exploração e precarização com relação aos homens), e têm o seu correlato patriarcal no disciplinamento da vida das mulheres e no controle sobre nossos corpos.

Os feminismos contribuíram para a análise do capitalismo tanto na problematização sobre a sua origem, funcionamento e dinâmicas, quanto

numa leitura do marxismo, renovada e integral. Diversas são as contribuições da teoria e pesquisas feministas sobre a ancoragem entre capitalismo e patriarcado: 1) revelam que a existência do capitalismo é somente possível pela divisão sexual do trabalho (que estabelece que o trabalho produtivo assalariado é o único trabalho existente e que o trabalho reprodutivo não pago é um ato intrínseco das mulheres e, portanto, não é trabalho); 2) mostram a importância do trabalho não remunerado, que permite a reprodução da força de trabalho e, portanto, a relação da interdependência e codependência para a sustentabilidade da vida; 3) expõem a transferência de valor e o subsídio do trabalho de cuidados para a taxa de lucro e acumulação do capital; e 4) explicam o surgimento de uma nova ordem patriarcal que, através da cultura, a política e a economia estabelece que as mulheres e o feminino ocupam um lugar subordinado e secundário, com menor valor em comparação com os homens e o masculino.

Estes marcos de análise têm pontos de contato com os estudos feministas da década de 1980, que, desde o Sul Global, teorizaram a partir da chamada perspectiva das “mulheres do Terceiro Mundo” e construíram a um olhar crítico sobre o “Desenvolvimento” e seu impacto na configuração da divisão internacional sexual do trabalho (BENERÍA e SEN, 1982). Estes olhares construíram um marco analítico alternativo à análise que as Nações Unidas faziam em torno da “mulher no desenvolvimento”. No início do novo milênio, a análise dos feminismos do sul permitiu detectar como as justiça econômica, ecológica, de gênero e digital se intersectam.

Com a consolidação e crise permanente desta ordem, o feminino, o feminizado e as mulheres já não só temos menos valor social, mas carecemos este. Nossas existências e corpos são descartáveis e é necessário

* Trata-se da construção de um marco conceptual desenvolvido pela rede de ativistas e acadêmicas feministas Development Alternatives with Women for a New Era (DAWN), cuja tarefa crítica foi delinear uma perspectiva interrelacionada, e não isolada, em torno da Economia Política da Globalização, a Ecologia Política, a Reestruturação Política e a Transformação Social, a economia política do conflito e a violência contra as mulheres, a Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos (SEN e DURANO, 2015).

aplicar a eles uma “pedagogia da crueldade” (SEGATO, 2018) que estabeleça, pelo medo e o terror, uma mensagem de disciplinamento: um recordatório do lugar doméstico e subordinado que ocupamos no sistema capitalista e patriarcal.

“São crimes do patriarcado colonial moderno de alta intensidade, contra tudo o que o desestabiliza, contra tudo o que parece conspirar e desafiar o seu controle, contra tudo o que se desliza para fora de seu âmbito, com as diversas estratégias e táticas diárias com que muitos de nós, de propósito ou inadvertidamente, deslizamo-nos e escapulimos da vigilância patriarcal e a desobedecemos” (Segato, 2016: 96).

Como podemos ver, este projeto histórico de dominação precisa combinar consenso e coerção para sua sustentabilidade em nível global. Assim, a produção de violências nidifica na sua própria natureza, exacerbada pela fase em que nos encontramos: um momento semelhante à acumulação originária do capital, que coloca no centro a mais-valia absoluta do trabalho assalariado e reprodutivo (FEDERICI, 2018); e simultaneamente um processo de automação e extrativismo de dados que visa não só aumentar as taxas de lucro das multimilionárias transnacionais, mas também tornar invisível a materialidade do trabalho e dos direitos trabalhistas (PARTENIO, 2020; GURUMURTHY, 2020). Nesse sentido, o modelo imposto sob o capitalismo de plataforma impõe uma mudança de jogo no cenário, onde as empresas acumulam dados por desapropriação (o novo petróleo do século 21); e onde as pessoas em todo o mundo são despojadas dos dados que compartilham diariamente. Essa nova dinâmica do extrativismo está transformando as atividades econômicas (GURUMURTHY, 2020).

Esse caráter do capitalismo se vê reforçado no neoliberalismo. Lembremos que ele se constitui como projeto das elites globais para aumentar a taxa de lucro por três vias: renda diferenciada da terra e acumulação por desapropriação; deterioração e precarização da classe trabalhadora por meio da depreciação do salário; e o trabalho doméstico não remunerado e prestado principalmente por mulheres, que constitui uma forma de poupar recursos econômicos para os empresários e

um subsídio para a acumulação e taxa de ganho de capital. Os estudos sobre a acumulação por expropriação realizados por feministas críticas do Sul Global apontam que são as mulheres, a natureza e as pessoas dos países empobrecidos que constituem a base sobre a qual os processos de acumulação capitalista foram estabelecidos. Sua subordinação e exploração continuam sendo premissas essenciais para a reprodução do modelo neoliberal, por isso é fundamental compreender as interações, históricas e atuais, entre as divisões sexual, social e internacional do trabalho (SAMUEL & GUNASEKARA, 2019). Nesse sentido, são retomadas as análises feministas de uma economia política da guerra - que assume sua especificidade em diferentes regiões - e as formas como as guerras ampliam e remodelam as identidades de gênero. Nessa perspectiva, é importante compreender que a violência está no centro da organização social e que as relações de gênero e a violência são mutuamente constitutivas (CONFORTINI, 2006).

Na América Latina, a reprimarização da economia* e a agressiva expansão do extrativismo (bem como a deterioração das condições e direitos dos trabalhadores nas cidades, e os níveis de exploração e precariedade) abriram uma nova onda de controle, que se dá, não só pelo capital, mas também pela crise generalizada dos Estados e dos sistemas políticos. Ao mesmo tempo, é reforçado o papel do Estado e do lobby de grupos ultraconservadores no controle de nossos corpos, com o propósito de sustentar a reprodução da força de trabalho para o capitalismo (CORRÊA e KALIL, 2020; TORRES SANTAMARÍA, 2020).

Nesse cenário ocorre o que Segato chama de *conflictividade informal e guerras não convencionais*, que têm sua especificidade na América Latina: a articulação entre o crime organizado, as forças paramilitares e forças legais que atuam como paramilitares, o avanço do narcotráfico em amplos

* Maristella Svampa (2011) define reprimarização como a consolidação de um perfil produtivo com alta especialização em atividades extrativas, consolidação de enclaves exportadores e concentração econômica; entendendo o extrativismo como algo mais do que a exploração de recursos naturais tradicionais, já que inclui também empresas agrícolas e biocombustíveis, bem como projetos de infraestrutura que visam facilitar a comercialização desses produtos (nota da redação).

territórios e presença de forças de segurança privada ao serviço das corporações. Esta cartografia da guerra e do conflito tem três características: “não têm começo e fim e não ocorrem dentro de limites temporais e espaciais claros”; vêm de formas corporativas de violência; e se expressam de forma especial nos corpos das mulheres e nos corpos feminizados (SEGATO, 2014).

A violência corporativa tem um impacto profundo na produção de subjetividades que legitimam a sustentação do capitalismo:

“Nesta fase extrema e apocalíptica em que saquear, deslocar, desenraizar, escravizar e explorar ao máximo são o caminho da acumulação, ou seja, a meta que orienta o projeto histórico do capital é crucialmente instrumental para reduzir a empatia humana e treinar as pessoas par que possam executar, tolerar e conviver com atos diários de crueldade” (SEGATO, 2016: 99).

Uma outra abordagem que queremos incluir é aquela que coloca a violência econômica e as violências machistas na análise das políticas públicas e nos diferentes roteiros que os países adotam para dar conta do “itinerário da violência” (RODRÍGUEZ e PAUTASSI 2016: 8).

As pesquisas que examinam as implicações e custos da implementação ou ausência de políticas de prevenção e erradicação da violência sexista merecem atenção especial. Embora este tipo de análise apresente elementos polêmicos (porque partem das estimativas do custo fiscal dos Estados, e situam a discussão sobre as violências contra as mulheres na esfera dos valores monetários), consideramos que vale a pena incluir alguns elementos que podem nos ajudar a entender melhor as consequências econômicas da implementação ou não deste tipo de políticas em países empobrecidos como os latino-americanos e caribenhos.

Grande parte das medidas incluídas nos roteiros para lidar com a violência não leva em consideração as especificidades da vida das mulheres e as impossibilidades que elas enfrentam na hora de denunciar ou decidir o que fazer (falta de tempo, falta de recursos econômicos e redes que permitam tomar decisões, etc.). No nível latino-americano, uma das maiores

deficiências para lidar com as violências machistas é a ausência de políticas de reparação em situações de feminicídio. Poucos “países estabeleceram medidas permanentes para os filhos das vítimas, como a pensão monetária por violência de gênero” (RODRÍGUEZ e PAUTASSI, 2016: 8). Somam-se a isso as dificuldades para estimar o custo fiscal e econômico, geradas pela falta de informações existentes e pelo tipo de legislação sobre violência contra a mulher (que nem sempre incorpora a variedade e especificidade da violência).

No caso da Argentina, o Estado concentrou seus esforços na concessão de licenças para trabalhadoras do setor público, pensão para filhos de vítimas de violência de gênero, capacitação em violência de gênero para um corpo de advogados especializados e, mais recentemente, a implementação em andamento da Lei Micaela* para todos os funcionários dos três poderes, inclusive o judiciário. Outro dos esforços se concentrou no fortalecimento da “autonomia econômica das mulheres vítimas de violência e em situação de vulnerabilidade socioeconômica” (RODRÍGUEZ e PAUTASSI, 2016: 5). No entanto, os programas voltados para esses objetivos foram marcados por disputas orçamentárias e pela reestruturação dos programas de inclusão social e trabalhista realizados nos últimos quatro anos de governo neoliberal. Essas quatro iniciativas “não só não demandam custos fiscais excessivos, mas, como têm baixo impacto fiscal, buscam alertar os funcionários estaduais de que é viável implementá-las. A rigor, eles podem cumprir suas obrigações com mulheres e meninas, meninos, crianças e adolescentes sem ter o argumento de um maior esforço fiscal como impedimento” (RODRÍGUEZ e PAUTASSI, 2016: 42). Isso nos mostra que (além da urgência e obrigatoriedade da luta para prevenir e erradicar a violência machista) os Estados são perfeitamente capazes de assumir financeiramente a implementação dessas medidas.

* A lei foi promulgada em janeiro de 2019 e estabelece treinamento obrigatório em violência de gênero e gênero para todas as pessoas que desempenham funções públicas, nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da Nação: [https:// www.argentina.gob.ar/generos/ley-micaela](https://www.argentina.gob.ar/generos/ley-micaela)



3. Configuração do mapa de violências

Nas subseções seguintes faremos uma pausa para analisar as formas de articulação entre violência econômica e patriarcal a partir de exemplos concretos de desapropriação e exploração, ampliação das disparidades de renda, formação de cadeias globais de cuidado em um eixo Norte-Sul, captura corporativa do Estado e desinvestimento do setor público, injustiça fiscal e tributária, dinâmicas de evasão fiscal e extensão de fluxos financeiros ilícitos de países do Sul para o Norte.

Com relação à concentração de riqueza, durante a pandemia de Covid-19 os números não pararam de crescer, pois, desde o início das medidas de confinamento e isolamento, as pessoas mais ricas aumentaram sua fortuna em US \$ 48,2 bilhões. Isso equivale a um terço do total dos pacotes de estímulo de todos os países da América Latina e o Caribe (OXFAM, 2020). Por sua vez, o estudo demonstrou que existem 8 novos bilionários na região (pessoas com um patrimônio superior a um bilhão de dólares).

Essa cartografia das violências tem impactos diretos e indiretos na vida das mulheres, crianças, jovens e coletivos LGBTIQ+, reforça a divisão internacional sexual e racial do trabalho, e aprofunda as desigualdades escancaradas na pandemia. É que, como dolorosamente refletem as companheiras transfeministas de Guayaquil, para além das feridas que o abandono pandêmico deixa, “lá, na minha terra, somos esquecidos o tempo todo” (Juana). Nesta quarentena, foi verificado que “não recebemos um único centavo antes, durante ou depois da pandemia. Nem ajuda emocional de qualquer tipo” (Erika).

3.1. Grilagem de terras e exploração dos recursos naturais

Um dos indicadores para olhar para a trajetória da concentração da riqueza e da consolidação da taxa de lucro no mundo é a posse da terra. Quem são os donos e quanto monopolizam está relacionado diretamente com os ganhos das elites no mundo, ainda mais quando são continentes cujo padrão de acumulação está baseado no modelo primário exportador e na renda extrativista. Desde os estudos feministas pioneiros foi demonstrada a baixa porcentagem das mulheres de América Latina em general, e do

setor camponês-indígena no particular, que têm acesso à posse, controle e títulos de propriedade da terra (DEERE e LEON, 2001). Estas autoras evidenciaram os impactos das chamadas “contrarreformas neoliberais” que inauguraram uma nova fase de reconstrução do setor agrícola nos estados latino-americanos e levaram à privatização e/ou individualização crescente do direito à terra. Neste ponto, resulta chave vincular o conceito de violência patriarcal com a violência patrimonial como forma de violência econômica.

Este tipo de violência, além disso, costuma comprometer diferentes aspectos do acesso e do controle da terra e o habitat. Por exemplo, as que são consequência de conflitos armados, que provocam deslocamentos forçados de populações, mulheres e crianças. Se prestarmos atenção ao dramático caso da guerra na Colômbia, os estudos de peritos nacionais e internacionais não abordam as causas intrínsecas da violência de gênero contra as mulheres. Seus estudos, embora de grande valor, focam somente em uma definição tradicional da violência sexual (estupro, prostituição forçada, etc.). De fato, a violência de gênero contra as mulheres é considerada em sua concepção mais ampla, já que estas análises tendem a ignorar

* É importante mencionar determinados avanços em matéria normativa em alguns países, onde há leis de Proteção Integral para Prevenir, Sancionar e Erradicar a Violência contra as Mulheres, e há um reconhecimento da violência “econômica e patrimonial” compreendida como “a redução nos recursos econômicos ou patrimoniais da mulher por meio de: a interrupção da posse, posse ou propriedade de seus bens; a perda, subtração, destruição ou retenção indevida de objetos, instrumentos de trabalho, documentação pessoal, bens, valores e direitos patrimoniais; a limitação dos recursos econômicos destinados para satisfazer as suas necessidades ou a privação de meios indispensáveis para viver uma vida digna; a limitação ou controle da renda, assim como a percepção de um salário menor pela mesma tarefa, dentro de um mesmo espaço de trabalho”. Sobre o assunto, ver: <https://www.argentina.gob.ar/derechoshumanos/proteccion/genero/tipos-de-violencia>. Ou, o que podemos encontrar no artigo 10 da Lei Estatutária para Prevenir e Erradicar a Violência contra as Mulheres, no Equador, a qual inclui a violência econômica e patrimonial: https://www.igualdad.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2018/05/ley_prevenir_y_erradicar_violencia_mujeres.pdf. Neste sentido, é importante analisar as rupturas entre as normativas existentes, a disposição dos pressupostos nesse sentido e a implementação de medidas preventivas.

os aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais relacionados à situação das mulheres na guerra. Neste sentido, Montaño e Holstine (2019) destacam a importância de desmontar narrativas tradicionais como as que enunciam que as políticas econômicas são “neutras com relação ao gênero e à violência de gênero”; no caso das medidas feitas pelo governo colombiano, as determinações tiveram um impacto negativo nas mulheres ao renovar antigas alianças entre os latifundiários e paramilitares, o que causou novos deslocamentos.

3.2. Mundo do trabalho: aprofundamento da precarização e da desproteção social

Como mencionáramos no começo, na América Latina e no Caribe, deterioraram-se cada vez mais as condições e os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras nas cidades, assim como os níveis de exploração e de precarização. Na frente disso avançam as tendências à deslabilização*, que criou oportunidades para a entrada de jovens como um todo, e particularmente de mulheres e migrantes, em setores altamente desregulados da economia digital. Esta preocupante situação agrava-se nos países como Argentina, Equador e inclusive no Chile e no Brasil, onde ocorreram tentativas ou mesmo avanços concretos nas reformas trabalhistas. Nestes projetos o mais perigoso é que se tenta criar novas figuras como o “trabalhador por conta própria”, “autônomo”, “freelancer”; mas essas figuras reforçam o apagamento total da relação laboral e, ao mesmo tempo, criam essa ideia do “falso autônomo” ou “contratistas independentes”. Ao mesmo tempo, a expansão de novos tipos de empregos digitais e o impacto diferencial que eles têm nas mulheres mostram uma realidade concreta e evidente: as razões mais importantes pelas quais as trabalhadoras optam por essas modalidades (quer no teletrabalho, nas plataformas, no trabalho por conta própria ou como “empreendedoras”), tem a ver com a ausência de políticas de corresponsabilidade dos cuidados e com a necessidade ter de combinar as suas responsabilidades do trabalho

* A deslabilização é a externalização da contratação laboral e da realização dos trabalhos próprios da empresa, através dos “contratos da natureza mercantil ou cível que permitem conseguir a uma redução de custos sociais, assim como uma perda de direitos dos trabalhadores” (Edo, 2017).

remunerado e não remunerado (SCASERRA e PARTENIO, 2020).

O impulso do chamado “empreendedorismo feminino”, que se transformou em bandeira de eventos internacionais, de fóruns econômicos e de discursos das grandes corporações, mereceria um capítulo à parte. Embora retoma o espírito de políticas orientadas ao “desenvolvimento econômico” das mulheres de países periféricos, através da geração de políticas de microcréditos, esta agenda retoma o seu curso em 2018 com o evento do Women-20 que reúne “mulheres líderes”, empresárias e líderes dos países integrantes do G-20 realizado na Argentina. A partir destas narrativas, a “inclusão laboral, a inclusão digital, a inclusão financeira”, e o “desenvolvimento rural” das mulheres “em situação de vulnerabilidade social”, era possível por meio da promoção do “empreendedorismo”. Ele era proposto como saída individual, baseada em méritos pessoais e ancorado em um “paradigma do empreendedor” (PARTENIO e PITA, 2020). É importante enfatizar que o impulso do “empreendedorismo” foi levantado nas antípodas das experiências da economia social, solidária e de autogestão mantidas há pelo menos vinte anos na América Latina e o Caribe.

Estas modalidades laborais (que aumentaram durante a pandemia), longe de criar novas autonomias econômicas, aprofundam a precarização laboral. Este panorama ocorre em uma região onde os níveis de informalidade, emprego não registrado, salários baixos e desemprego continuam sendo elevados, principalmente entre as mulheres.

Como podemos ver nos dados estatísticos da OIT, tanto a composição do emprego quanto o salário apresentam enormes desigualdades:

América Latina (16 países): Componentes do emprego informal por âmbito geográfico e sexo, 2017 (em porcentagem)

Total	Trabalhadores com emprego informal						Trabalhadores com emprego formal
	Total	No setor informal	Fora do setor informal				
			Total	No setor formal	No setor doméstico		
Nacional							
Total	100	50,6	37,6	13	9	4,1	49,4
Homens	100	51	40,8	10,2	9,2	1	49
Mulheres	100	50,2	33,1	17	8,6	8,5	49,8
Urbano							
Total	100	44,6	31,7	12,9	9	3,9	55,4
Homens	100	44,2	34,5	9,7	9,2	0,5	55,8
Mulheres	100	45,2	28,1	17,1	8,7	8,4	54,8
Rural							
Total	100	76,8	63,2	13,7	8,9	4,7	23,2
Homens	100	75,9	63,8	12,1	9,4	2,7	24,1
Mulheres	100	78,8	61,9	16,9	8	8,9	21,2

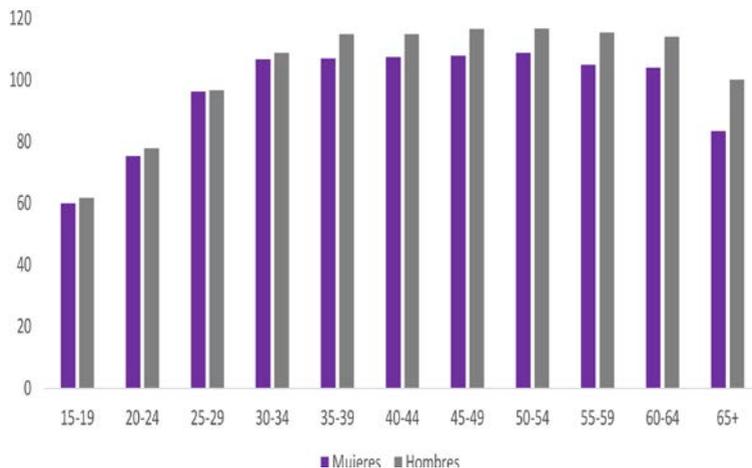
Fonte: OIT (2019).

América Latina (16 países): Emprego informal por âmbito geográfico e sexo, 2017 (em porcentagem)

Âmbito geográfico e sexo	Nacional			Urbano			Rural		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
América Latina	50,6	51	50,2	44,6	44,2	45,2	76,8	75,9	78,8
Categorias ocupacionais									
Empregadores	41	43,1	35	35,7	37	32,4	74,7	76,6	64,7
Assalariados	34,2	35,1	33	30,2	29,7	30,7	61	63,1	55,8
Trabalhadores por conta própria	81,6	80,9	82,6	79,5	78,8	80,5	87,4	85,9	90,9
Trabalhadores familiares auxiliares	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Membros de cooperativas e outros	35,7	32,7	40,1	31,3	23,2	40,7	43,6	45,8	38,6

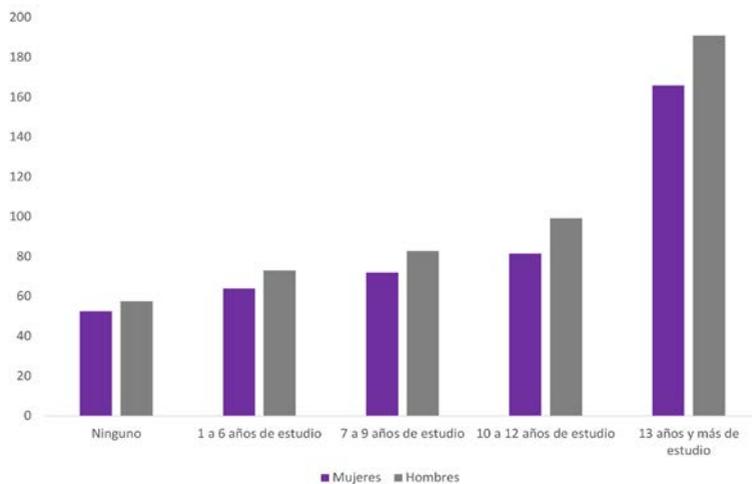
Fonte: OIT (2019)

América Latina e o Caribe (17 países). Salários relativos por hora de homens e mulheres segundo grupo etário, 2017



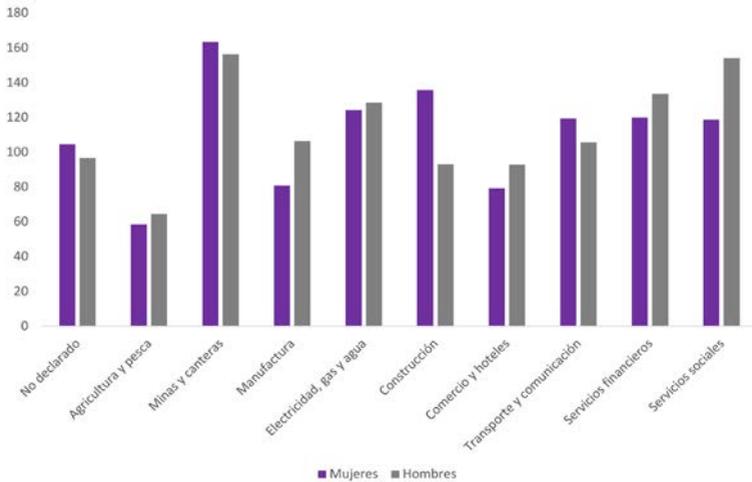
Fonte: OIT (2019).

América Latina e o Caribe (17 países): Salários relativos por hora de homens e mulheres segundo nível educativo, 2017



Fonte: OIT (2019).

América Latina e o Caribe (17 países): Salários relativos por hora de homens e mulheres segundo setor econômico, 2017



Fonte: OIT (2019).

Este cenário viu-se complexificado e piorado pelo avanço de reformas previsionais em alguns países, e o aprofundamento da privatização do setor em outros. Neste ponto, resulta chave para analisar a dinâmica que adquiriu a divisão internacional do trabalho em ligação com o desenho e os alcances da proteção social. Em um artigo anterior (RODRÍGUEZ ENRÍQUEZ, 2020), analisamos como os sistemas de proteção social são um elemento chave para confrontar os riscos sociais. O desenvolvimento destes foi muito diferente nos vários países e regiões, e suas diferenças surgiram dos projetos que os criaram, da capacidade dos Estados que os levaram adiante e do contexto onde operavam (isto é, as dinâmicas econômicas, as características dos mercados laborais e as estruturas sociais do país, incluindo regimes de género). Na maioria do Sul Global, os desenvolvimentos foram incompletos, insuficientes, segmentados e desarticulados. Um estudo da OIT (2017) indica que, para 2015, apenas 45,2% da população mundial tinha acesso a pelo menos um benefício da proteção

social. Esta porcentagem cresce para 84,1 nos casos da Europa e da Ásia Central, e cai para 12,9% na África Subsaariana.

Como se relaciona o acesso ao trabalho remunerado com as possibilidades de contar com garantias mínimas de proteção social? Quais implicações tiveram esses esquemas para as mulheres e os coletivos LGBTQI+? A existência de brechas de gênero na proteção social foi uma característica histórica, mesmo nos esquemas que desenvolveram instituições mais robustas e coberturas mais amplas. Os sistemas da proteção social construídos em torno da posição das pessoas no mercado de trabalho replicaram as brechas de gênero no emprego. Por um lado, as mulheres, historicamente, enfrentam obstáculos maiores para acessar os benefícios da proteção social, e/ou acessam benefícios menores, devido a sua menor e pior participação laboral, sua super-representação no emprego informal e seu acesso a salários menores, em média. Por outro lado, a imensa dedicação das mulheres com o trabalho doméstico e o cuidado não remunerado persistiu como um espaço afastado de toda proteção social. No mesmo sentido, as mulheres do âmbito rural, migrantes, trabalhadores sexuais e trabalhadoras domésticas particulares enfrentam barreiras estruturais no acesso à proteção social (RODRÍGUEZ ENRÍQUEZ, 2020).

Um setor que está em piores condições é a população trans e travesti, que carece de acesso a coberturas sociais e prestações mínimas em matéria da saúde no presente, e também não contam com garantias de acesso futuro a aposentadorias e pensões. Nestes casos, as camadas da violência que sofrem vão sendo traçadas e sendo articuladas devido à falta de acesso a direitos (educação, trabalho, saúde, moradia, etc.) e à ausência de políticas de proteção.

A situação previdencial piorou nos países que, nos últimos anos ingressaram em novos ciclos de endividamento com o FMI, porque isso marcou fortes condicionamentos sobre as políticas soberanas e a exigência de reformas (para as quais o sistema de previsão é um dos ajustes favoritos). Casos como o da Argentina e Equador, a partir de 2018, são demonstrações concretas. Um outro ponto a destacar é que, como demonstraram estudos globais, a proteção social é ameaçada em momentos de

crise, quando a prioridade é o pagamento dos credores públicos. Neste sentido, as propostas vindas da sociedade civil devem ser atendidas e reconsiderar “a prática de exigir condições de empréstimo que obriguem os Estados a reduzir seus sistemas de proteção social” (Coalizão Mundial para os Pisos de Proteção Social, 2018).

Embora alguns governos da região tenham levado adiante algumas medidas, os avanços parciais para a universalização dos benefícios da proteção social encontraram obstáculos históricos e novas tendências. Neste ponto, seria importante indicar dois desafios que afetam especialmente aqueles que estão no setor informal e, particularmente, as mulheres. Por um lado, a tendência à privatização da proteção social (principalmente, embora não unicamente, nas áreas de educação e saúde, incluindo a promoção de associações público-privadas -APP- para a construção da infraestrutura social básica e inclusive a prestação do serviço). Por outro lado, o financiamento da proteção social que é severamente desafiado pelo paradigma da austeridade nas políticas fiscais. Muitos países do Sul Global enfrentam a seguinte combinação fatal de situações: estruturas tributárias que captam pouca receita e fazem isso de forma regressiva (em boa parte porque as pessoas ricas, as grandes empresas nacionais e as corporações transnacionais usam mecanismos múltiplos de evasão e de abusos tributários), déficits fiscais recorrentes que são atendidos com políticas de austeridade e com endividamento, assim como a necessidade de privatizar as prestações de serviços sociais e/ou para captar recursos do setor privado para poder enfrentar as demandas derivadas dos riscos sociais nestes contextos de austeridade (RODRÍGUEZ ENRÍQUEZ, 2020). Estes mecanismos impactam as formas de desproteção social e são combinados com a restrição de acesso aos recursos econômicos, o que molda a trama de violências econômicas e patriarcais.

3.3. Formas de evasão fiscal e extensão de fluxos financeiros ilícitos.

A extensão das redes de fluxos financeiros ilícitos (FFI) teve impactos sérios na justiça de gênero, os direitos trabalhistas e a justiça social. Estes fundos são alimentados, em parte, por recursos vindos de atividades ilícitas (corrupção, narcotráfico, venda ilegal de armas, tráfico de pessoas), mas também por dinheiro derivado da evasão tributária. Na dinamização de tais mecanismos, as empresas transnacionais têm uma grande responsabilidade, já que operam de forma diferencial na drenagem de recursos em países do norte e do sul. Como se vinculam as formas de violência econômica com as violências patriarcais neste caso?

Nos estudos sobre os fluxos financeiros ilícitos (GRONDONA, et al. 2016), analisamos como estes são realizados por meio da manipulação dos preços das transações comerciais ou operações de investimento internacional. Estes mecanismos contemplam uma trama complexa, onde combina-se a subfaturação das exportações e a superfaturação das importações, como a “subvalorização de investimentos entrantes” e a “sobrevvalorização de investimentos salientes”. É interessante observar que os fluxos derivados destas atividades legais, mas com procedimentos ilícitos (que podem eles mesmos constituir crimes), circulam pelos mesmos mecanismos pelos que navegam os recursos originados de atividades diretamente ilegais.

Neste ponto, as regulamentações correspondem a dois momentos diferentes em que um delito é cometido, e podem colocar em risco duas estruturas organizacionais diferentes. Neste caso, é possível identificar o crime precedente que gerou os recursos (por exemplo, a evasão tipificada como crime fiscal, tráfico de pessoas, de drogas) e, depois, a lavagem dos recursos obtidos por meio do crime, por meio da qual os ganhos obtidos de forma ilícita são introduzidos no sistema econômico-financeiro legal.

Estas atividades criminais podem compreender violações extremas dos direitos humanos das mulheres, como no caso do tráfico de pessoas. Nesses casos, as mulheres e as meninas são compradas, raptadas ou iludidas com

falsas promessas de emprego, levadas através de fronteiras sem controles e submetidas, sob coerção, à exploração. Em determinados casos, essas situações ocorrerem quando as mulheres tentam migrar. Nestas redes é importante detectar os mecanismos onde “a feminização da migração é ligada às tendências do tráfico de pessoas e à sua feminização. As leis que restringem a migração, combinadas com a corrupção dos funcionários responsáveis pela área, criam geralmente um terreno fértil para o tráfico de pessoas” (GRONDONA et al., 2016: 11). Há uma série de fatores que promovem a vulnerabilidade das mulheres diante das redes de tráfico de pessoas: a pobreza (e com ela a feminização da pobreza) e desemprego. Também, os contextos culturais que toleram ou promovem a violência contra as mulheres, onde têm acesso limitado a recursos cruciais (meios econômicos, redes e vínculos sociais, informação e conhecimento), e a demanda de mão de obra barata em setores econômicos feminizados.

No início do documento, mencionamos a importância de analisar a articulação entre economia e violência, a partir das transferências de valor desde o Sul Global, tanto pela extração de matérias primas quanto pela força de trabalho que é usada no Norte Global. Estes exemplos mencionados mostram o complexo entrelaçado dos fluxos ilícitos que permitem estas transferências.

3.4. A captura corporativa do Estado e desinvestimento em serviços públicos

A necessidade que muitos governos têm de dar um tratamento tributário favorável às empresas multinacionais (como uma forma de atrair o investimento estrangeiro direto), junto com a evasão de impostos sobre as empresas implica na renúncia a uma quantidade considerável de receitas públicas. Quando um Estado não mobiliza os recursos suficientes e apresenta reiteradamente um déficit orçamentário, só tem condições de oferecer serviços insuficientes e de baixa qualidade (por exemplo em educação, saúde, saneamento básico, transporte público, equipamentos sociais e infraestrutura, etc.). A evidência demonstra que quando a margem fiscal é limitada desta forma, as desigualdades de gênero se mantêm, ou inclusive pioram, o que também limita a

possibilidade de desenvolvimento de melhoras nas vidas das mulheres e a redução das diferenças de gênero. Se ainda acrescentamos o dado de que 76% do trabalho não remunerado a nível global é realizado por mulheres, a gente se defronta com o fato de que o desmonte do que é público e comum (que decorre da captura corporativa dos Estados) se traduz no aumento dos níveis de superexploração das mulheres (RODRÍGUEZ ENRÍQUEZ, 2018).

A perda de recursos por parte dos Estados, derivada das atividades comentadas previamente, está na base do sucateamento e das políticas públicas que pressionam em favor de políticas de austeridade. Ao invés de promover o desenvolvimento de mecanismos de regulação, controle e monitoramento de estes fluxos, a ênfase está colocada em reduzir o gasto dos Estados. Por sua vez, isto resulta prejudicial para o acesso e o investimento em serviços públicos. Os Estados vão se retirando de suas obrigações, oferecendo, a cada vez, menos serviços e de menor qualidade, o que impacta de forma significativa nas mulheres e meninas. Se focamos nos serviços de cuidado, a oferta pública fica muito afetada por essas reduções orçamentárias e pela falta de investimentos em infraestrutura.

Este cenário de demanda social (devido à garantia de direitos sociais básicos cada vez mais insatisfeita) alimenta uma narrativa que apoia a incorporação de financiamento privado para fornecer os serviços públicos. Assim, o setor privado aparece como um ator chave para financiar o desenvolvimento, que então se constitui como a alternativa imprescindível sob o argumento de que o Estado não tem recursos, e que, quando tem, os utiliza de forma ineficiente ou gasta mal, fazendo proselitismo e em atos de corrupção. Assim vai operando a captura corporativa dos Estados, dos espaços de tomadas de decisões e das políticas públicas. Desta forma, as últimas vão deixando de servir, progressivamente, os interesses públicos, pelo contrário: transformam-se em plataforma de ampliação dos negócios privados.

A forma renovada desta captura no discurso, assim como as estratégias de financiamento para o desenvolvimento, são constituídas pelas

Associações Público-Privadas (APPs), que embasam sua legitimidade no pressuposto de que os governos não conseguem investir para expandir o acesso a bens públicos básicos ou não estão dispostos a fazê-lo. No entanto, existe evidência a respeito dos efeitos negativos das APPs entre os quais podemos destacar: i) uma desvio nas prioridades da agenda de desenvolvimento, orientada às áreas que possam resultar rentáveis mais do que àquelas mais pertinentes para atender as necessidades sociais; ii) um maior custo líquido para os Estados, que se constituem em fiadores de última instância dos investimentos privados e que, em alguns casos, inclusive, têm que compensar as empresas, caso os níveis de rentabilidade estejam aquém do esperado; iii) um custo maior para o acesso aos serviços sociais fornecidos pelas APPs que, em muitos casos, incorporam taxas e pagamentos coparticipados, o que impacta relativamente mais as mulheres que têm acesso a níveis de ingressos menores; iv) a vulneração dos direitos trabalhistas no marco dos empreendimentos levados à frente por esta modalidade; v) falta de transparência e de prestação de contas ao longo de todo o processo (desde a adjudicação dos investimentos, até a prestação dos serviços).

Atualmente, o paradigma das APPs não só é estimulado no âmbito nacional, mas também pelo sistema de desenvolvimento das Nações Unidas. É apresentado como ao melhor caminho para fomentar o investimento em áreas especialmente importantes para a vida e os direitos humanos das mulheres, como a infraestrutura social e os serviços sociais, apesar das evidências que mostram os impactos já sinalizados.

Em termos mais gerais, a ameaça do poder corporativo ao respeito dos direitos humanos das mulheres tem as seguintes dimensões chave, que já foram identificadas por nós em estudos anteriores (RODRÍGUEZ ENRÍQUEZ, 2018), tais como:

- O impacto negativo que o estímulo crescente à competitividade e à produtividade tem sobre as condições laborais das mulheres.
- O impacto do lobby corporativo e a evasão de impostos, que limitam a receita pública e a margem de ação em matéria de políticas.

- A difusão da crença de que as empresas são (ou podem ser) sensíveis à problemática de gênero, assim como a repetição do complicado discurso sobre a responsabilidade social empresarial (RSE)

Quais têm sido os custos para lograr produtividade e competitividade? Na década de 1980, a estratégia de desenvolvimento implementada em muitos países da América Latina (sobretudo no México e na América Central), baseada em fábricas dirigidas à exportação, conhecidas como “maquilas”, tem demonstrado que o impacto na melhoria no emprego é mínima, uma contribuição limitada ao crescimento econômico e nenhum ganho na transferência de tecnologia para os sistemas de produção local. Se bem as “maquilas” abriram oportunidades econômicas para algumas mulheres que, de outra forma, no teriam nenhuma oportunidade, elas têm se caracterizado por condições laborais precárias e salários geralmente baixos. Do mesmo modo, o disciplinamento desta força de trabalho, majoritariamente feminina, recorreu a diferentes práticas violentas para impedir a sindicalização e a organização coletiva, tais como demissões, amedrontamento, estupros e assédio laboral. Além deste panorama de violências que se entrelaçavam nos territórios de fronteiras, a própria estratégia econômica se demonstrou insustentável, já que a maior parte do investimento estrangeiro migrou para outras regiões do mundo (Ásia meridional, China) quando se apresentaram incentivos econômicos que resultaram mais atrativos (por exemplo: normas de trabalho, capacidade da força laboral, infraestrutura disponível, desgravações fiscais). Resumindo, os baixos salários das mulheres e as miseráveis condições de trabalho funcionaram como uma vantagem importante para as empresas (RODRÍGUEZ ENRÍQUEZ, 2018).

É nas permanentes transferências e subsídios dos Estados para as empresas, e nas condições laborais e salariais das mulheres, que radica sua competitividade. Como costuma ocorrer no desenvolvimento do capitalismo, a mão de obra feminina é usada como vantagem e subsídio tanto da taxa de lucro quanto do processo de acumulação capitalista. As empresas se aproveitam do lugar subordinado das mulheres na ordem social para incrementar suas ganancias.



Ainda que as experiências e os resultados variem entre países, estruturas econômicas, características do mercado laboral e grupos de mulheres e homens, a conclusão principal é que as experiências menos negativas (ou as mais exitosas) foram aquelas nas quais a regulação do investimento do setor privado era mais sólida ou estava acompanhada de políticas públicas de preservação da renda.

4. Cartografia da violência na pandemia.

Finalmente, como demonstrado pelas pesquisas sobre a situação das violências durante a quarentena obrigatória e a crise (aprofundada pela pandemia, a segunda onda de neoliberalismo na América Latina, e a estratégia governamental do #QuédateEnCasa [#FiqueEmCasa]), existe um incremento destas violências.

Em países como o Equador, que viveram, em outubro de 2019, revoltas, greves e insurreições contra às políticas de ajuste fiscal, o isolamento social foi aproveitado pelos governos e as elites empresariais para a aplicação do neoliberalismo. De fato, durante esses meses, implementaram-se no Equador cortes orçamentários que impactaram nos serviços de saúde e educação, como também nas medidas de prevenção e erradicação das violências machistas. De 20 milhões de dólares em 2019, o orçamento destinado a este fim pelo Estado equatoriano foi reduzido para 4,7 milhões em 2020. No entanto, o orçamento para a Polícia Nacional aumentou em 50 milhões de dólares, e foram comprados armamentos e equipamentos para as Forças Armadas do país.

Mas a situação em países com governos progressistas também não é melhor: no México, a Comissão Nacional para Prevenir e Erradicar a Violência Contra as Mulheres (CONAVM) teve um recorte de orçamento de 37 milhões de pesos mexicanos (quase 2 milhões de dólares) e a política federal, que dava maiores competências a estados e municípios, foi cancelada.

Da mesma forma, muitos países que assinaram acordos com o Fundo Monetário Internacional acabaram pagando os juros da dívida e assumindo novos endividamentos, enquanto seus sistemas de saúde e o pessoal da saúde colapsavam em plena crise sanitária.

Com relação ao mundo do trabalho, o relato da crise e da saída dela tem significado que, em países com governos abertamente neoliberais, a agenda do ajuste fiscal se materialize em novos marcos legais que estimulam a flexibilização e a precarização laboral. Por exemplo, neste 2020, já há um milhão de novos desempregados produto das políticas de demissão. Se a isto acrescentamos a extinção de programas públicos destinados a crianças pequenas e a idosos e a improvisada estratégia de educação por Internet, que não leva em consideração as diferenças tecnológicas nas áreas rurais, o cenário é o de uma maior transferência dos cuidados para a esfera do lar e mais trabalho não pago realizado por mulheres. Isto tem aumentado a pressão sobre o mundo da reprodução social, que aprofunda a divisão sexual do trabalho e as formas diferenciadas de respostas perante a crise. Por exemplo, a pesquisa publicada pela ONU Mulheres “Gênero em tempos de COVID. Efeitos da emergência sanitária sobre a vida das mulheres: economia e cuidados” indica que 76% das mulheres entrevistadas no Equador tiveram sua carga de trabalho aumentada, e 56% declara que é a única que se ocupa da educação dxs filhxs em casa. Estes dados são ainda mais alarmantes se os compararmos com a contribuição do trabalho não remunerado no PIB, que constitui um 20% e é desenvolvido quase na sua totalidade por mulheres. Nesses meses de pandemia, 48 de cada 100 mulheres no Equador foram demitidas dos seus trabalhos. Das mulheres que ainda tem trabalho assalariado, 57 de cada 100% declaram que o salário tem diminuído.

No marco da pandemia do COVID-19 e da tríplice crise que precipitou (sanitária, económica e de cuidados), têm feito muito sentido as análises sobre a distribuição injusta do trabalho doméstico e de cuidados no remunerados, e a forma em que se tem reforçado a divisão sexual do trabalho perante o avanço e a extensão do teletrabalho e do trabalho remoto em contextos de confinamento e de isolamento social.

Fica evidente a brutalidade do patriarcado que se sustenta na enorme carga laboral e na intensificação do trabalho não pago que as mulheres realizam. No cenário da pandemia, o patriarcado é, dentre outras coisas, a transferência de valor deste trabalho de cuidado não pago para

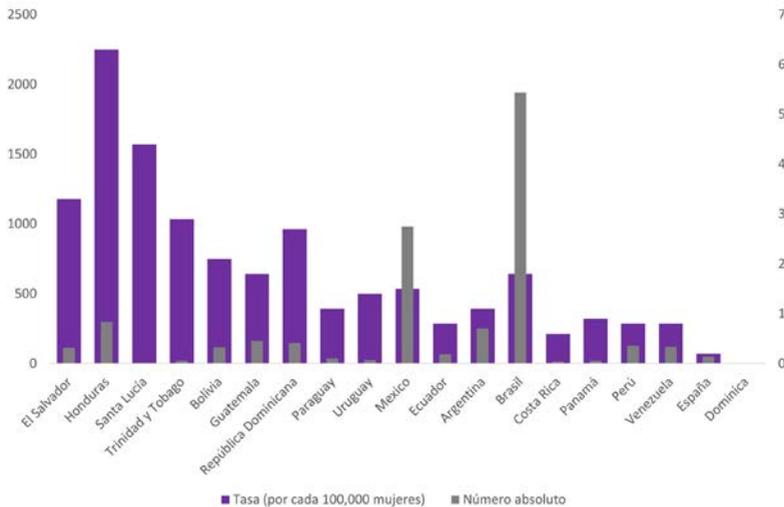
o conjunto da economia do país. Mas, além disso, num contexto de endividamento do Estado junto com o FMI e de ajuste estrutural, o correlato do patriarcado capitalista é o endividamento agressivo das mulheres e o aumento da dependência do sistema financeiro, assim como dos arranjos privados com os homens.

Somam-se a isto as alianças ultraconservadoras de grupos religiosos que, violando o caráter laico do Estado, determinam as políticas sobre direitos sexuais e reprodutivos, a educação sexual, assim como os imaginários misóginos que continuam colocando as mulheres como objeto o como seres incompletos eticamente suspeitos, que devem ser tutelados. Segundo Ailynn Torres Santamía, geralmente as crises sanitárias são terrenos nos quais são restringidos

“direitos sexuais e reprodutivos para meninas, adolescentes e mulheres. Estes direitos estão ameaçados devido ao redirecionamento dos recursos médicos, o medo das mulheres de se contagiarem caso frequentem os serviços de saúde, a grande escassez de anticoncepcionais e a impossibilidade de fazer uso dos serviços (formais ou informais) para interromper gravidezes não desejadas ou inviáveis por razões de saúde da mãe ou do feto” (TORRES SANTAMARÍA, 2020:6)

Essa “semântica do medo” é aproveitada para manter a cultura da violência patriarcal “argumentando que a pandemia é um castigo pelos avanços feministas” (Ibid. 7) e, ao mesmo tempo, retirar o foco do sucateamento do público comum. No entanto, é evidente o fracasso da estratégia #FicaEmCasa (aplicada pela maioria dos governos da região) como única medida para baixar as taxas de contágios e a mortalidade, enquanto as políticas para prevenir e erradicar as violências machistas são subordinadas. No México, entre janeiro e julho de 2020, foram assassinadas 2.240 mulheres, ou seja, houve aumento de 7,7% em comparação com o mesmo período de 2019 (Secretariado Executivo do Sistema Nacional de Segurança Pública do México); no Equador, desde o 1º de janeiro até o 16 de novembro de 2020, foram realizados 101 feminicídios (incluídos cinco transfemicídios); na Argentina, 168.

América Latina, o Caribe e Espanha (19 países): Femicídio ou femicídio, último ano disponível (Em números absolutos e taxas por cada 100.000 mulheres)



Fonte: CEPALSTATS, 2020.

Com relação à situação que vivem os coletivos LGBTIQ+, já antes da pandemia suas condições de vida eram alarmantes e grande parte da população estava em situação de rua e realizava trabalho sexual; durante estes meses a precarização tem se aprofundado.

”Foi muito difícil para todas porque estávamos acostumadas a sair para trabalhar e ganhar nosso dinheiro, mas agora não podíamos e estávamos todinhas aí enfiadas, sem dinheiro, e as vezes isso ocasionava brigas e discussões” (Juana, transfeminista, Guayaquil)

Muitas viram-se obrigadas a diversificar e multiplicar suas atividades económicas para sobreviver:

“(…) tive que buscar outras fontes de renda porque com o que o negócio dava não era suficiente. Vendi coisas como máscaras, gel e outras quinquilharias que as pessoas me pedem. (...) Fizemos de tudo, vendemos comida, máscaras e álcool em garrafinhas” (Erika, transfeminista, Guayaquil)

Nas entrevistas realizadas com companheiras transfeministas e transfeministas não binárias, percebe-se que a criminalização da pobreza e das identidades de sexo genéricas não heterocis aumentam o desamparo da população LGBTQ+ nas mãos do Estado, através da atuação da polícia, o que implica na desestruturação dos entramados já precários que sustentam os entornos familiares:

“Tentava trabalhar na rua, mesmo tendo que passar um dia ou os finais de semana porque também não tinha condições de ficar em casa isolada, sem sair e sem ganhar nada porque eu ajudo minha mãe e meus irmãos mais novos. (...) Além disso os policiais malditos se aproveitavam da quarentena e isso tudo para nos incomodar, bater na gente, pedir dinheiro ou roubar nossas coisas (...) Me preocupa que minha mãe fique doente, ou pegue alguma coisa, uma doença e eu não possa ajudá-la por não ter dinheiro” (Juana, Guayaquil)

Como temos visto ao longo deste documento, a existência previa à pandemia de uma estratégia sistemática de grupos religiosos e laicos ultraconservadores se explica também por um processo de fascistização das sociedades*, quer dizer, por um “surgimento de características fascistas em vários âmbitos da vida social” que se combinam com uma política que administra e decide quais vidas valem e quais não. Esta hierarquização de corpos e sujeitos coloca os setores populares e empobrecidos, os jovens, as identidades sexo-genéricas dissidentes, as mulheres e todxs que atravessam processos de feminização, no lugar do descartável e suspeito, como aquilo que pode ser violentado. Fica claro que, na atualidade, o projeto neoliberal e o capitalismo selvagem, assim como a atuação das elites (oligárquicas e burguesas), só pode ser implementado pela via da coerção, da violência e a ameaça permanente da vida. A política de segurança imperialista para a região se articula com uma crise de hegemonia das classes dominantes e com o que uma

* Posição sustentada pela organização Ação Antifascista do Equador. Para um maior aprofundamento conferir: https://antifascistasecuador.org/la-fascistizacion-de-la-sociedad-debates-y-apuntes-1/?fbclid=IwAR3xP6O5XPbwPSSVm_RuNMy90ChL-2OW1u8_2FjS16I82IYL7z31d7FN4Dk

companheira colombiana denomina “disciplinamento das gerações jovens, precarizadas e despojadas” que são amedrontadas pela polícia e os grupos paramilitares por meio do medo, da morte e da impunidade.

Nesta crise sanitária, fica evidente que as políticas de segurança e controle estatal fracassam para impedir contágios, mas são efetivas para manter um Estado de Exceção, que já não é extraordinário, mas que se ativa como mecanismo toda vez que as elites e os governos precisam controlar ou evitar processos insurrecionais no continente (Equador, Chile, Colômbia, Guatemala, Costa Rica e Porto Rico são alguns dos países onde a população foi pra rua por vários dias). Paralelamente tem-se aberto um recente debate sobre o papel das forças policiais, o sistemático abuso de poder e a violação de direitos humanos, e seu papel estéril na proteção e no cuidado da sociedade.

Por último, assim como a violência machista não está em quarentena, nestes meses, muitos países assistem a um aprofundamento do modelo extrativista e à espoliação de povos e nações indígenas, de seus territórios e tramas de vida, o que configura uma reatualização da colonização. Empresas petrolíferas, mineradoras, hidroelétricas e de agrogênero invadem as lógicas comunitárias e sustentam a acumulação por despossessão e pela renda diferencial da terra. São as mulheres indígenas e camponesas as guardiãs das sementes, da água e dos bosques, quem vive este avanço da fronteira extrativista e as consequências das dinâmicas violentas do controle territorial, implementadas pela polícia e as empresas transnacionais.

Finalmente, esta emergência mostra o saque e a espoliação da classe trabalhadora, exacerbado nas últimas quatro décadas, aprofunda a divisão internacional sexual e racial do trabalho. A precarização, a superexploração e a falta de direitos trabalhistas para amplos setores da população fazem parte da longa memória deste capitalismo dependente. Se o imperativo é obedecer para sobreviver, ficar em casa significa um novo ajuste no controle da vida. Os setores populares que vivem do que ganham no dia a dia, numa quinzena, por diária: não podem deixar de trabalhar porque não

* Sandra Rátiva Gaona, Doutoranda pela UABP

sobrevivem. Mas quando saem para sobreviver, recebem multas ou são detidos pelas forças policiais. Como temos demonstrado, esta situação é pior para as mulheres e população LGBTIQ+, já que aumentou, nestes meses, a sua carga de trabalho não remunerado como parte do fortalecimento da divisão sexual do trabalho nos seus lares, que é resultado do isolamento e como consequência do desmonte dos sistemas públicos de saúde, de educação e de assistência social em contextos de crise (que se corresponde com a delegação neoliberal dos cuidados por parte dos Estados para o âmbito do privado doméstico). A gestão da crise multidimensional, à qual assistimos, visibiliza as diferenças entre homens, mulheres e corpos e identidades feminizadas. Contudo o certo é que a gestão da crise não se produz desde cima, ao contrário, tem sido lavrada desde abaixo:

“Ninguém se lembra jamais das putas e, na crise, menos ainda, a gente esperava que fossem dar uma mão para a gente porque somos muitas na casa, e tinha dias que não tínhamos para comer, mas entre nós mesmas a gente se apoiava ou os vizinhos davam uma força” (Juana, Guayaquil)

Se, para as mulheres, sustentar a vida implica resolver alimentação, saúde, cuidado de suas famílias e entornos em condições de precarização, sobrecarga, desemprego, pessoas ficando em situação de rua e desfinanciamento do público comum, para os homens, a gestão da crise reforça a subjetividade machista que se traduz em frustração, ira e abandono. Como consequência, aumentam as violências contra as mulheres e a população LGBTIQ+, que são impunemente habilitadas pelo Estado para garantir a reprodução da “velha normalidade” capitalista, colonial e patriarcal.

5. Articulação entre violências machistas e violências económicas: chaves para imaginar outras práticas feministas.

Neste último apartado, é apresentada uma reflexão em torno das contribuições que uma leitura feminista da violência económica pode trazer para as práticas feministas. Neste sentido, nos perguntamos, como

muda (ou deveria mudar) a prática feminista? Ao longo deste documento, problematizamos as imbricações entre as violências económicas e as violências machistas e suas implicações na vida das mulheres e da população LGBTIQ+. Esta problematização parte de considerar que o capitalismo, o patriarcado e a colonialidade configuram um mesmo sistema de exploração, opressão e dominação, e que, se bem apresentam especificidades, requerem ser pensados simultaneamente para dar conta da totalidade. É no coração mesmo do sistema que se produzem as violências, nesse lugar onde: “o Estado está em dívida com a população trans, as negritudes, e as pessoas historicamente discriminadas e invisibilizadas” (Andrea Alejandro, transfeminista não binária, Guayaquil).

O texto apresentado aqui abrange uma leitura das violências como parte do desenvolvimento do capitalismo e a longa memória de exploração e espólio da classe trabalhadora, aguçada em conjunturas de ajuste estrutural e crise, e do patriarcado como ordem histórica que configura um governo da necropolítica (VALENCIA, 2010) que produz violências para manter a reprodução social do sistema.

Pensar nessa perspectiva contribui para construir um olhar integral que dê conta das múltiplas causas e implicações das violências, um olhar que reúna particularidades, mas que também enxergue a violência como um fenómeno social histórico, sistêmico e estrutural, e não como uma série de eventos extraordinários e anômalos. Entender como surgem, operam e são legitimadas conjuntamente as violências machistas e económicas contribui para a construção de ferramentas teóricas, de luta y de práticas cotidianas que questionam radicalmente os feminismos embranquecidos da retórica empresarial e do poder corporativo, assim como fortalecem a potência feminista anti-sistêmica, que procura transformar o conjunto da ordem dada.

Em um cenário onde a vida das mulheres e pessoas LGBTIQ+ encontra-se ameaçada, resulta chave analisar as relações de poder baseadas no gênero, junto com outras desigualdades sociais, a forma em que se “entrelaçam em outros sistemas de poder, tais como as relações económicas e internacionais, os conflitos militares e a ecologia política” (SEN e DURANO, 2015). Não só porque essa perspectiva permite

observar a forma em que cada sistema de poder molda e intersecta com os demais, mas porque esta forma de análise nos permite reconhecermos e “desafiarmos esses sistemas”, a partir das práticas políticas e a construção feminista.

É a partir desta perspectiva que lemos as condições de vida e de trabalho na pandemia, precisamente porque as crises sanitárias são cenários de isolamento e restrição para o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos de meninas, mulheres e pessoas LGBTQI+, nos quais se aprofundam as formas de violência. É por isso que as políticas restringem o acesso à justiça econômica e de gênero, e se interconectam totalmente com as formas de captura corporativa do Estado e o desinvestimento em serviços públicos (notadamente, a saúde pública). Como dissemos acima, se levarmos em consideração os dados que afirmam que a maior parte do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado em nível global é realizado pelas mulheres, o sucateamento do público comum -como consequência da captura corporativa do Estado- traduz-se em maiores níveis de superexploração das mulheres. Esta leitura nos leva à necessária articulação das lutas por justiça econômica e de gênero, no momento de garantir o direito a decidir sobre seus corpos e a maternidade das mulheres e pessoas gestantes, e a contar com políticas de saúde pública que deem suporte aos direitos sexuais e reprodutivos.

Neste documento recuperamos a leitura desde a intersecção^{*} para analisar como a justiça econômica, ecológica e de gênero se vincula na América Latina (BIDEGAIN e LLAVANERAS, 2013), a partir de uma perspectiva que localiza a sustentabilidade da vida no centro de nossas práticas. É por isso que a análise de um capitalismo extrativista deve contemplar o entrelaçado de dimensões de diferentes dinâmicas de extração de recursos, dados, terras, finanças e tempo que têm impacto sobre as nossas vidas.

E, é que “a pesar do horror, das violências e do abandono, são os coletivos LGBTQI+ quem obrigam o sistema a conceber, de forma

* Em inglês, desde DAWN o termo *interlinkages* tem sido utilizado para analisarestas formas complexas às que se vincula.

integral, outras normalidades e realidades” (Sara Rojas). Dar conta dessa memória imediata, que articula com a história longa, permite tensionarmos nossas concepções sobre as violências e imaginarmos uma nova normalidade, uma onde, talvez, a justiça e o cuidado sejam o centro da vida e da dignidade.

Referências bibliográficas

ARAUJO GUIMARÃES, N. e HIRATA, H. (comp.) El cuidado en América Latina: mirando los casos de Argentina, Brasil, Chile, Colombia y Uruguay, Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fundación Medifé Edita. 2020.

BENERÍA, L. e SEN, G. Acumulación, reproducción y el papel de la mujer en el desarrollo económico. Una revisión de Boserup, Revista Colombiana ACEP, Bogotá. 1982.

BIDEGAIN, N. e LLAVANERAS, M. Los vínculos entre la justicia económica, ecológica y de género en América Latina: Caminos hacia un desarrollo centrado en la sostenibilidad de la vida. Quezon City: DAWN. 2013.

CEPAL. 2020. Observatorio de Igualdad de Género. Acessado em novembro de 2020, de CEPALSTAT, Bases de Datos y Publicaciones Estadísticas, 2020: <https://oig.cepal.org/es>

COALICIÓN MUNDIAL PARA LOS PISOS DE PROTECCIÓN SOCIAL. ODS 1. Financiar los sistemas de protección social para todos. Spotlight Report 2018.

CONFORTINI, C. Galtung, violence, and gender: The case for a peace studies/feminism alliance. *Peace&Change* 31 (3), 333-367, 2006.

CORRÊA, S. e KALIL, I. Políticas Antigénero En América Latina: Brasil, ¿La Catástrofe Perfecta? Rio de Janeiro: Observatorio de Sexualidad y Política (SPW). 2020.

DALLA COSTA, M. Dinero, perlas y flores en la reproducción feminista. Madri: Akal. 2009.

DEERE, C. D. y LEÓN, M. Género, propiedad y empoderamiento:

- tierra, estado y mercado en América Latina. Bogotá: Tercer Mundo Editores. 2001.
- EDO, J. Crisis, deslaboralización y cooperativas: una reflexión necesaria. *Revista Cooperació Catalana*, núm. 410, de junho. 2017.
- FALQUET, J. *Pax Neoliberalia*. Buenos Aires: Madreselva. 2017.
- FEDERICI, S. *El patriarcado del salario. Críticas feministas al marxismo*, Madrid: Traficantes de Sueños. 2018.
- FERNANDEZ, N. e SANTILLANA, A. El regreso del FMI al Ecuador y la retórica del feminismo empresarial: Los posibles efectos en la vida de las mujeres. *Revista Economía*, 71(114), 13-33. 2020.
- GURUMURTHY, A. Mirando la Economía a través de la data: perspectivas feministas del sur. Masterclass Escuela de Economía Feminista, DAWN. <https://www.economiafeministadawn.org/edición-2020>
- GRONDONA, V., BIDEGAIN, N. e RODRÍGUEZ ENRÍQUEZ, C. *Illicit Financial Flows Undermining Gender Justice*. Berlin: FES/DAWN. 2016.
- LÓPEZ MONTAÑO C. e HOLSTINE, M. C. Rural Women in Colombia: From Victims to Actors. In SAMUEL, Kumudini, SLATTER, Claire & Vagisha GUNASEKAR (eds.) *The Political Economy of Conflict and Violence against Women*, London: Zed Books. 2019.
- MARX K. *El capital. Crítica de la Economía Política*, Ed. Fondo de Cultura Económica, Tomo I (1867) e Tomo III (1894) México D.F. 2004.
- OIT. *World Social Protection Report 2017-19. Universal social protection to achieve the Sustainable Development Goals*. Geneva:

ILO. 2017.

OIT. Panorama Laboral Temático 5: Mujeres en el mundo del trabajo. Retos pendientes hacia una efectiva equidad en América Latina y el Caribe. Lima: OIT / Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2019.

ONU. Las dos pandemias. Violencia contra las mujeres en México en el contexto del COVID19. Em <https://equis.org.mx/wp-content/uploads/2020/08/informe-dospandemiasmexico.pdf>. 2020.

OXFAM ¿Quién paga la cuenta? Gravar la riqueza para enfrentar la crisis de la COVID-19 en América Latina y el Caribe. Oxfam Internacional. Julho. 2020.

PARTENIO, F. Retrocesos 4.0: los desafíos de la protección social de les trabajadores de plataformas. DAWN INFORMS, Março. 2020.

PARTENIO, F. e PITA, V. Feministas en las calles y Cambiemos en el gobierno: reapropiación de discursos y sentidos en disputa (2015-2019). Revista Plaza Pública. Carrera de Trabajo Social. UNICEN. 2020.

RICHARD, N. “Memoria, latencias y estallidos del feminismo: la insurgencia de mayo 2018 en Chile”. Palestra nas V Jornadas Historia, géneros y política en los '70 “En los desbordes de una década intensa” 6 a 9 de novembro, Buenos Aires. 2018.

RODRÍGUEZ ENRÍQUEZ, C. La cuestión del cuidado: ¿El eslabón perdido del análisis económico? Revista CEPAL, N° 106, Santiago. 2012.

RODRÍGUEZ ENRÍQUEZ, C. El trabajo de las mujeres: algunas reflexiones a partir de una mirada integrada desde las encuestas de uso del tiempo y las estadísticas laborales. Em Calderón Magaña, C (coord.) Redistribuir el cuidado: el desafío de las políticas. Santiago:

NU/CEPAL/División de Asuntos de Género. 2013.

RODRÍGUEZ ENRÍQUEZ, C. Los límites a la movilización de recursos nacionales en la Agenda de Acción de Addis Abeba (AAAA). DAWN Informa. 2015.

RODRÍGUEZ ENRÍQUEZ, C. e PAUTASSI, L. Violencia contra las mujeres y políticas públicas: implicancias fiscales y socioeconómicas. Santiago: CEPAL. 2016.

RODRÍGUEZ ENRÍQUEZ, C. Poder corporativo: una amenaza para los derechos humanos de las mujeres. Global Policy Watch. 2018.

RODRÍGUEZ ENRÍQUEZ, C. Current challenges and debates on social protection in the global South. DAWN INFORMS, Suva. January. 2020.

SAMUEL K. e GUNASEKARA V. Introduction: Framing a South Feminist Analysis of War, Conflict and Violence Against Women: the value of a political economy lens. In SAMUEL, Kumudini, SLATTER, Claire & Vagisha GUNASEKAR (eds.). The Political Economy of Conflict and Violence against Women, London: Zed Books. 2019.

SCASSERRA, S. e PARTENIO, F. Nuevas estrategias para abordar la precarización de las trabajadoras a través del empleo de plataformas: organización sindical y disputa por nuevos derechos. Revista Sociologías. UFRJ. 2020 (em prensa).

SEGATO, R. L. Contra-pedagogías de la crueldad, Buenos Aires: Prometeo Libros. 2018.

SEGATO, R. L. La Guerra contra las Mujeres, Madrid: Traficantes de Sueños. 2016.

SEGATO, R. L. “Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres” em Soc. estado. vol.29 no.2 Brasília. Mai/Ago. 2014.

SEN, G. Reconsiderando la acumulación originaria. Em SEN, Gita e DURANO, Marina (eds.) Refundando los contratos sociales: Feministas en un mundo feroz, Londres, ZedBooks. 2015.

SEN, G. e DURANO, M. (eds.) Refundando los contratos sociales: Feministas en un mundo feroz, Londres, ZedBooks. 2015.

SEN, G. e MUKHERJEE, A. No empowerment without rights, no rights without politics: Gender-equality, MDGs and the post-2015 development agenda. Journal of Human Development and Capabilities, 15(2–3), 188–202. 2014.

SMALL ARMS SURVEY. “A Gendered Analysis of Violent Deaths”, em <http://www.smallarmssurvey.org/about-us/highlights/2016/highlight-rn63.html>, 2016.

SVAMPA, M. “Extractivismo neodesarrollista y movimientos sociales: ¿un giro ecoterritorial hacia nuevas alternativas?”, Más allá del desarrollo, Vol. 1, 185-218. 2011.

TORRES SANTAMARIA, A. “Latinoamérica en pandemia: derechos, autoritarismo y conservadurismo”. Em <http://atorressantana.com/latinoamerica-en-pandemia-derechos-autoritarismo-y-conservadurismo/?fbclid=IwAR1vV2PLjDoi-bVgKsOutOZrnfVO-hZSNniMrB3okYW1ONC87h4nmvOeStc>, 2020.

VALENCIA S. Capitalismo Gore, Barcelona. 2010.

EPÍLOGO

As páginas reunidas no documento “Se nossas vidas não valem, então produzam sem nós” são produto de uma reflexão coletiva e situada. Enquanto a gente estava imersa no processo de pesquisa e elaboração deste documento, a discussão e o ativismo dos feminismos na América Latina e o Caribe estavam atravessados pela legalização e despenalização do aborto. Três fatos marcaram o fim de 2020 e o início de 2021. Em primeiro lugar, na Argentina, foi aprovada uma lei que garante o aborto para mulheres e pessoas gestantes, seja qual for a causa e até a semana 14 da gestação. Em segundo lugar, a despenalização do aborto no Equador em casos de estupro e a não criminalização das mulheres, meninas e adolescentes que decidem interromper a gravidez depois de sofrerem estupro. Por último, a luta dada, na República Dominicana, pela despenalização do aborto, com mobilizações multitudinárias e o acampamento feminista montado em maio na frente do palácio presidencial por 73 dias, no marco do debate pela reforma do código penal.

Nós vivemos e pulsamos estas lutas em cada um destes territórios. Ao calor de mobilizações, acampamentos, e vigílias colocamos em

prática novas formas de cuidados e redes de solidariedade nas ruas em plena pandemia de Covid-19. Estes três fatos se vinculam com as décadas de lutas sustentadas pelo movimento feminista.

“O aborto no é uma luta setorial. Estamos lutando por uma mudança no mundo, por uma mudança na humanidade, é pela dignidade humana que estamos lutando”, disse Dora Coledesky numa assembleia em 2003 em Rosario, Argentina. Estas palavras de uma referente histórica da Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito de Argentina, ressoaram novamente nas ruas. Desta maneira, as mobilizações feministas pelo direito ao aborto voltavam a colocar no centro do debate público, a articulação das mulheres e pessoas com capacidade de gerar. Já que a discussão sobre aborto evidência não apenas o acesso desigual à saúde pública de acordo com o gênero, a classe e a raça, mas também o papel do Estado em obrigar a mulheres, meninas e corpos gestantes a sustentar gravidezes não desejadas e o interesse do capitalismo para que continuemos reproduzindo mão de obra.

Fazendo o exercício de cartografar a violência na pandemia, advertimos de que forma as crises sanitárias recriam cenários de isolamento e restrição para o acesso à saúde, aos direitos sexuais e reprodutivos de meninas, adolescentes, mulheres e pessoas LGBTIQ+. Ainda, mostramos de que maneira a pandemia evidência às décadas de desmonte do público e comum, o desinvestimento em matéria de serviços públicos, em particular, na saúde pública. Neste marco, é chave fazer a pergunta sobre o investimento na provisão de serviços e infraestrutura que garantam o acesso à saúde pública dos setores historicamente excluídos, violentados é vulnerados.

Neste sentido, o acesso ao aborto legal, seguro e gratuito, é um passo mais na efetivação dos direitos humanos das mulheres, meninas, adolescentes e pessoas com capacidade de gerar. É por tudo isto que a luta feminista continua, em alguns países pela despenalização e legalização do aborto e, em outros, pela efetiva implementação das leis conquistadas, exigindo o cumprimento por parte dos Estados dos compromissos que estes assumirão.

- FUNDACIÓN ROSA LUXEMBURGO -

A Fundação Rosa Luxemburgo é uma organização internacional de esquerda sem fins lucrativos dedicada à educação cívica y vinculada ao partido alemão DIE LINKE (A Esquerda). Ativa desde 1990, a fundação tem se dedicado à análise de processos e avanços sociais e políticos a nível mundial. Atuamos no contexto da crescente crise múltipla de nosso atual sistema político e econômico. Em colaboração com outras organizações progressistas de todo o planeta, trabalhamos para a participação democrática e social, o empoderamento de grupos desfavorecidos e em alternativas de desenvolvimento social e econômico. Nossas atividades no nível internacional têm como objetivo proporcionar educação cívica por meio de análises acadêmicas, programas públicos e projetos realizados de forma conjunta com instituições sociais. Trabalhamos para conseguir um mundo mais justo com base na solidariedade internacional.

Qual o vínculo entre economia e violências desde a perspectiva dos feminismos do sul global? Este texto constitui uma contribuição para pensar que a produção de violências não é um fato isolado, mas um fenômeno global, ancorado territorialmente no marco da aliança entre capitalismo, patriarcado e colonialidade.

Esta análise torna-se urgente no marco de uma crise social e sanitária que exacerbou o extrativismo, a concentração da riqueza, a precarização da vida e o controle digital y militar da população. No marco da pandemia e das medidas adotadas como resposta, as violências pioraram em todos os âmbitos: institucional, laboral, político, midiático, digital, ambiental; assim como em diferentes expressões: física, económica, simbólica, sexual, psicológica, padecidas fundamentalmente pelas mulheres, crianças e pessoas LGTBIQ+.

Neste cenário, resultam chaves os aportes teóricos e políticos que possibilitam hierarquizar a gestão popular da crise e a potência dos feminismos anticapitalistas para construir outros mundos possíveis.

